

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Serviço de Concreto Usinado e Serviço de Bombeamento para atender a Gestão Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano na execução das obras da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1041592	CONCRETO USINADO FCK 25Mpa – CONVENCIONAL	M3	200	R\$797,76	R\$159.555,00
1041502	SERVIÇO DE BOMBEAMENTO	M3	120	R\$69,40	R\$8.328,00

- 1.2 Os bens são de natureza comum.
- 1.3 A presente contratação será realizada pelo regime de menor valor global, considerando o valor total dos dois itens, no formato de registro de preços, garantindo maior eficiência na aquisição dos serviços.
- 1.4 Declara-se que os itens de consumo possuem qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.
- 1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº14.133 de 2021.
- 1.6 O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observadas as disposições legais aplicáveis.



- 1.7 Na forma exigida pelo Art. 19, §2º da Lei n.º 14.133/2021, cumpre esclarecer que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME n.º 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, não consta no referido catálogo o serviço/produto acima descrito.
- 1.8 Conforme o item 9.22 deste documento, que trata da justificativa de quilometragem para garantir a qualidade do produto final, a contratação deve respeitar um limite máximo de 60 km de distância.
- 1.9 O custo estimado total da contratação é de R\$ 167.883,00 (cento e sessenta e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais).

2. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A contratação de empresa para fornecimento de serviço de concreto usinado e serviço de bombeamento é necessária para atender às demandas das obras públicas que exigem qualidade, precisão e eficiência no fornecimento desse material. O concreto usinado é fundamental para garantir a resistência e durabilidade das construções, sendo produzido de forma controlada em centrais especializadas, o que assegura uma mistura uniforme e dentro dos padrões técnicos exigidos.
- 2.2 Além disso, a utilização desse concreto permite otimizar o tempo de execução das obras, uma vez que o material chega pronto para aplicação, eliminando o processo de preparo no local, o que também reduz desperdícios e melhora a gestão dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 A descrição da solução como um todo contempla o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Serviço de Concreto Usinado e Serviço de Bombeamento para atender a Gestão Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano na execução das obras da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG.
- 3.2 O ciclo de vida do concreto usinado abrange diversas fases, desde a sua produção até a sua aplicação e eventual descarte. Cada uma dessas etapas foi considerada para garantir a qualidade e a durabilidade da solução proposta:
 - 3.2.1 Produção: O concreto usinado será produzido em uma central dosadora, que garante a mistura homogênea dos componentes (cimento, agregados, água e aditivos).



- 3.2.2 Transporte: O concreto será transportado diretamente do fornecedor para o local da obra em caminhões betoneira, assegurando a entrega pontual e a qualidade do material. Este processo é otimizado para reduzir o tempo de deslocamento, evitando a pré-maturação do concreto.
- 3.2.3 Aplicação: Nas obras, o concreto será aplicado de acordo com as especificações técnicas definidas, assegurando a correta execução das fundações. A supervisão da equipe técnica garantirá a conformidade com as normas de segurança e qualidade.
- 3.2.4 Descarte e Reciclagem: Ao final de sua vida útil, o concreto pode ser reciclado e reaproveitado em novos projetos, contribuindo para a sustentabilidade e a redução de resíduos.
- 3.3 A especificação do concreto usinado de FCK 25Mpa é fundamental para garantir sua resistência e durabilidade, sendo que suas características incluem: resistência à compressão (conforme normas da ABNT), composição (cimento, agregados, água – se necessário aditivos), controle de qualidade e sustentabilidade.
- 3.4 A solução proposta para a aquisição de concreto usinado FCK 25 MPa considera todo o ciclo de vida do objeto, assegurando não apenas a qualidade e a segurança das estruturas, mas também o compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 A contratada deverá fornecer o material em total conformidade com as especificações técnicas e demais exigências definidas pela Contratante;
- 4.2 Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, de segurança, ambientais e legais;
- 4.3 O prazo de entrega do material será de até 02 (dois) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única;
- 4.4 O objeto desta licitação deverá ser entregue no local indicado pela Gestão de Obras, mediante cronograma de trabalho pré-estabelecido e após a expedição de autorização de fornecimento/empenho pelo setor competente, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do recebimento da respectiva nota de empenho;



- 4.5 Conforme a NBR 7212 prevê para a execução de concreto dosado em central, o tempo máximo de transporte da central até a obra deverá ocorrer em até 90 min, e deverá ser descarregado/aplicado completamente em até 150 min., sendo este prazo fiscalizado pelo fiscal do futuro contrato;
- 4.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 4.7 O objeto licitado deverá estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas vigentes pertinentes ao produto, em conformidade com o INMETRO, normas da ABNT NBR7212 quando aplicáveis e o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8078/90).
- 4.8 O fornecedor deve oferecer garantia do material fornecido e, em caso de eventuais problemas relacionados à qualidade ou aplicação, deve prestar assistência técnica imediata;
- 4.9 Remover e substituir, no todo ou em parte, e as suas expensas, os produtos, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorporações resultantes do fornecimento de material inadequado ou em desconformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1 A execução do contrato deverá ser realizada em conformidade com as disposições constantes nos itens 6 e 9 deste Termo de Referência.
- 5.2 Nos preços ofertados deverão estar inclusos todas as despesas como impostos, taxas, tributos, encargos, serviços de entrega incluindo carga e descarga, entre outros.
- 5.3 A entrega dos itens será “parcelada”, de acordo com as necessidades do Município.

6. MODELO DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.1 A gestão do contrato será realizada pelo servidor Heberton Duarte de Sousa, conforme Portaria nº 21 de 09 de setembro de 2024.
- 6.2 O contrato deverá ser executado pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Paulo Henrique Lima.



- 6.5 Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização do contrato deverão observar as disposições constantes no Decreto Municipal 257 de 14 de novembro 2023.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Recebimento do Objeto

- 7.1.1 O material deverá ser entregue no local indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano, o local deverá estar regularizado para a aplicação do mesmo e deverá ser recebido por funcionários capacitados para o seu manuseio;
- 7.1.2 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal para posterior verificação de conformidade;
- 7.1.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 7.1.4 O objeto será recebido definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 7.1.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

7.2 Liquidação

- 7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.2.2 O setor competente deverá verificar se na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente constam as informações necessárias para a liquidação da despesa.
- 7.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.3 Prazo de pagamento

- 7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.4 Forma de pagamento

- 7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em nome da empresa a ser contratada, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 8.1 A presente contratação será mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, por meio de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 8.2 A adoção do menor preço global para a contratação conjunta de concreto usinado e bombeamento justifica-se pela interdependência técnica entre os serviços, garantindo compatibilidade, qualidade e sincronização na execução. Além disso, reduz riscos contratuais, otimiza custos e melhora a gestão da obra, evitando conflitos entre fornecedores distintos.

9. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

- 9.1 Ato Constitutivo;
- 9.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
- 9.3 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- 9.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;



- 9.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 9.6 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- 9.7 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;
- 9.8 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- 9.9 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- 9.10 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- 9.11 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- 9.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certidão negativa ou positiva com efeito negativa, em vigor.
- 9.13 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;
- 9.14 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;



- 9.15 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial; expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, expedidos no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento da proposta.
- 9.16 Documento de identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG;
- 9.17 Alvará de localização e funcionamento, com validade para o exercício 2026;
- 9.18 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura.
- 9.19 Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;
- 9.20 Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)
- 9.21 Declaração de atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação.
- 9.21.1 **Atestado de Capacidade Técnica Operacional:** Emitido por órgãos públicos ou empresas privadas, comprovando que a empresa forneceu Concreto Usinado FCK 25 MPa em quantidades e especificações semelhantes às do contrato. Deve conter:
- Nome e CNPJ do contratante e contratado;
 - Quantidade fornecida e especificações do concreto (FCK 25 MPa);
 - Período de fornecimento;
 - Assinatura do responsável técnico da empresa contratante.
- 9.21.2 **Atestado de Capacidade Técnica Profissional:** Comprovação da qualificação dos responsáveis técnicos da empresa fornecedora, emitido por CREA ou órgão competente. Deve conter:
- O nome do Engenheiro Civil ou Técnico Responsável com registro no CREA.
- 9.21.3 **Justificativa Técnica para Restrição de Distância no Fornecimento de Concreto Usinado:**

- Considerando as diretrizes estabelecidas pela NBR 7212:2012 (ABNT, 2012), o tempo máximo permitido para o transporte e aplicação do concreto é de 90 minutos a partir da saída da usina. Desses, estima-se que 30 minutos sejam consumidos no canteiro de obras para o lançamento e adensamento do concreto, restando 60 minutos disponíveis para o deslocamento. Com uma velocidade média de transporte estimada em 60 km/h, a distância máxima viável para o transporte do concreto sem comprometer sua qualidade é de 60 km ($60 \text{ km/h} \times 1 \text{ hora}$).

9.22 Dessa forma, visando garantir a conformidade com a norma técnica e assegurar a qualidade do concreto aplicado nas obras do município de Coromandel-MG, somente serão aceitas empresas que possuam centrais de concreto localizadas em um raio máximo de 60 km da cidade. Essa exigência se faz necessária para garantir:

- 9.22.1 **Qualidade do concreto:** Evitando perdas na resistência e segregação do material devido ao tempo excessivo de transporte.
- 9.22.2 **Segurança estrutural:** Mantendo a trabalhabilidade adequada e assegurando a resistência especificada no projeto.
- 9.22.3 **Logística eficiente:** Garantindo que o concreto chegue à obra dentro dos parâmetros técnicos exigidos.
- 9.22.4 **Cumprimento dos prazos e redução de desperdícios:** Evitando atrasos e descartes devido ao endurecimento prematuro do concreto.

9.23 Portanto, empresas localizadas além do raio de 60 km de Coromandel-MG estarão automaticamente desclassificadas, garantindo que apenas fornecedores aptos a cumprir as exigências técnicas e operacionais participem do processo.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 10.1 Receber os serviços no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.
- 10.2 Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência, da proposta apresentada e do plano de trabalho aprovado, para fins de aceitação e recebimento definitivo.



- 10.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, inconsistências ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam sanadas, corrigidas ou ajustadas no prazo definido pela Administração.
- 10.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidor ou comissão especialmente designados, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.
- 10.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.
- 10.6 Disponibilizar à Contratada as informações, documentos, acessos institucionais autorizados e a estrutura mínima necessária à adequada execução dos serviços, observado o dever de confidencialidade e as normas internas da Administração.
- 10.7 Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, garantindo o acompanhamento da execução, o controle dos entregáveis e o registro das ocorrências relevantes.
- 10.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, desde que necessários à execução do objeto.
- 10.9 Notificar formalmente a Contratada sobre eventuais falhas ou inconformidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo razoável para saneamento, quando cabível.
- 10.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou colaboradores.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 11.1 Cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, do contrato e da proposta apresentada, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 11.2 Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e no plano de trabalho aprovado pela Administração.
- 11.3 Prestar os serviços com elevado padrão de qualidade técnica, observando as boas práticas aplicáveis à Governança de Tecnologia da Informação, Segurança da Informação, governança de dados e gestão pública digital.



- 11.4 Corrigir, ajustar ou refazer, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os serviços executados com falhas, impropriedades técnicas, inconsistências ou em desconformidade com este Termo de Referência, com o contrato ou com o plano de trabalho aprovado.
- 11.5 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, com poderes para receber comunicações, prestar esclarecimentos e adotar as providências necessárias ao regular cumprimento das obrigações contratuais.
- 11.6 Respeitar as normas e os procedimentos de controle e acesso às dependências, sistemas, ambientes tecnológicos e informações institucionais da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG.
- 11.7 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante.
- 11.8 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a bens, equipamentos, sistemas, documentos ou informações da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, quando decorrentes de ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos ou colaboradores.
- 11.9 Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade, ocorrência relevante, incidente de segurança, dificuldade técnica ou fato superveniente que possa comprometer a execução dos serviços, apresentando os esclarecimentos e as providências adotadas.
- 11.10 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas para a contratação.
- 11.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, cíveis e demais ônus decorrentes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.
- 11.12 Guardar sigilo sobre todas as informações, dados, documentos e elementos a que tiver acesso em razão da execução contratual, não podendo utilizá-los para finalidade diversa da prevista no contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.



- 11.13 Executar diretamente os serviços contratados, sendo vedada a subcontratação integral do objeto, admitida apenas subcontratação parcial, desde que previamente autorizada pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada.
- 11.14 Apresentar relatórios, pareceres, recomendações técnicas e demais entregáveis previstos no plano de trabalho, de forma clara, fundamentada e compatível com o objeto contratado.
- 11.15 Participar das reuniões técnicas, mentorias, capacitações e demais atividades pactuadas com a Administração, de forma presencial ou remota, conforme cronograma aprovado.
- 11.16 Observar, durante toda a execução contratual, a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 13.709/2018 e as normas internas do Município relacionadas à segurança da informação, à governança digital e ao controle administrativo.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - 12.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 12.1.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 12.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2 Sanções aplicáveis ao Contratado que incorrer nas infrações do item 14.1:
 - 12.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 12.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens



- 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como nos itens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem penalidade mais grave;
- 12.2.4 Multa:
- 12.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item 14.1.4, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;
- 12.2.4.2 Moratória, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se for o caso;
- 12.2.4.3 Na hipótese de exigência de garantia, o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para sua apresentação, suplementação ou reposição autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- 12.2.4.4 Compensatória, para as infrações descritas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5 e 14.1.8.
- 12.3 Os valores das multas moratórias e compensatórias serão estabelecidos na minuta contratual, observando-se os limites previstos na Lei nº 14.133/2021, não podendo ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superiores a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da referida Lei.
- 12.4 A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.5 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 12.6 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7 Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 12.8 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.9 A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no art.



158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

12.10 Para garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial ou cadastrados no SICAF. Estes endereços serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações enviadas.

12.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.11.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.11.2 As peculiaridades do caso concreto;

12.11.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.11.4 Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.11.5 A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada para encobrir atos ilícitos, estendendo os efeitos das sanções aos administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresas do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, observados o contraditório, a ampla defesa e análise jurídica prévia.

12.14 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP.

12.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13. OBRIGACÕES PERTINENTES À LGPD

13.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



- 13.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 13.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 13.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 13.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 13.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 13.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 13.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 13.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 13.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 13.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 13.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em



especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

- 13.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14 DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 14.1 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
- 14.2 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 14.3 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 14.4 Na hipótese prevista no item anterior, o município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 14.5 Se não obtiver êxito nas negociações, o município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 14.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao município a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 14.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, tais como: planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais ou outros documentos idôneos, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito.
- 14.8 Na hipótese de não comprovação da elevação dos preços registrados, o pedido será indeferido pelo município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



- 14.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o município convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam fornecer o item.
- 14.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 14.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o município atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 14.12 O cancelamento de eventual item da ata de registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, nas hipóteses que envolvam interesse público e a pedido de fornecedor, devidamente justificado.
- 14.13 Se aplicável ao objeto da ata, em casos excepcionais, poderá ser aceita a substituição de mercado objeto registrado, desde que a marca ofertada possua qualidade igual ou superior à marca inicialmente registrada, sem prejuízos financeiros à Administração.
- 14.14 Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida pelo órgão gerenciador se o fornecedor descumprir as condições do edital e da ata; não executar o objeto no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; recusar-se a reduzir o preço registrado caso ele se torne superior ao de mercado; ou sofrer sanção impeditiva prevista em lei

14. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação:
- 14.2 Ficha orçamentária: 564 – 02.09.15.451.0027.1.007.3.3.90.30.00.00
- 14.3 A despesa da presente contratação decorre de:

(x) Recurso Próprio.

() Outros: _____

Coromandel, 16 de abril de 2026.

Engº Civil Igor Lemes
CREA 212932/D
34 - 9 9204-0842


IGOR DE MOURA PEREIRA LEMES

Subsecretário da Gestão Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano